

Realismo Crítico nos Estudos Organizacionais: notas introdutórias sobre seus fundamentos filosóficos

Autoria: Thiago Duarte Pimentel, Mozar José de Brito

Resumo: Este ensaio de revisão teórica possui um duplo propósito: de um lado, introduzir o debate sobre realismo crítico (RC) na comunidade acadêmica brasileira de ensino e pesquisa em administração e, de outro, vislumbrar algumas aplicações e possíveis implicações desta perspectiva filosófica para os estudos organizacionais, em especial, no contexto brasileiro. Para alcançar o objetivo declarado realizou-se aqui uma revisão teórica – tão ampla quanto o possível – sobre o RC, considerando sua proposta como filosofia *para* a ciência e como programa de pesquisa em ciência, sobretudo nas ciências sociais e humanas, assim como suas fases de desenvolvimento cronológico, e seus principais expoentes. Inicialmente, após numa breve introdução, o texto analisa algumas filosofias concorrentes ao realismo e mostra a refutação transcendental apontada por Bhaskar a esses relatos. Em seguida, traça uma breve trajetória do movimento realista crítico, situando suas principais fases, em especial, focalizando sua vertente original baseada nas contribuições de Ram Roy Bhaskar, cujas formulações originaram a possibilidade de comensurabilidade científica a partir do domínio ontológico. Num terceiro momento, distinguimos o RC de outras perspectivas de realismo científico, desenvolvidas no contexto pós 2ª metade do séc. XX e, sobretudo nos anos 1980; mas também internamente àquelas ramificações que foram se desenvolvendo a partir das premissas e postulados levantados por Bhaskar. Na quarta seção, são apresentados os principais elementos do RC em sua versão original, considerando para isso dimensões e categorias como ontologia (com destaque especial aqui, devido seu caráter estruturador das demais dimensões), epistemologia, metodologia, forma de raciocínio lógico-formal, e um modelo de ciência e de pesquisa científica, bem como seus desdobramentos e implicações. Na penúltima seção são apresentadas as principais críticas de diferentes autores, internos e externos ao movimento do RC, bem como suas respostas e limitações a tais problemas. Por fim, evidenciamos as principais implicações do RC, enquanto programa de pesquisa, para as ciências humanas e sociais, ponderando, sobretudo, sobre suas possíveis implicações para os estudos organizacionais, apontando algumas implicações da adoção desta proposta para construção teórica e verificação da realidade. Em suma, o RC tem despontado como uma perspectiva filosófica, cuja ambição de relato meta-filosofico integrador das diferentes ciências sob um mesmo denominador comum ontológico, mas mantendo a diferenciação epistemológica entre as ciências, tem sido capaz de fornecer um solo fértil para o florescimento de investigação científica renovada em diferentes domínios e campos do conhecimento, inclusive nos estudos organizacionais (EOR's), solucionando problemas que estão além do alcance do antigo paradigma.

1. Introdução

A teoria das organizações e administração tem sofrido uma série de inversões, reversões ou redirecionamentos intelectuais em sua curta e controvertida história (REED, 2005). Desde meados dos anos 1980 tem predominado nas ciências sociais e na teoria social, o que se convencionou chamar virada cultural e lingüística, dentro de uma perspectiva mais ampla de anti-realismo, onde as matizes do pós-estruturalismo e do pós-modernismo surgem como discursos emergentes e concorrentes em busca pela hegemonia e legitimidade científica (FLEETWOOD, 2005; REED, 2005).

Tais abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas têm mudado a visão objetiva através da insistência de que as organizações são “[...] construções discursivas e formas culturais que não têm status ontológico ou significância epistemológica além de sua existência criada e mediada textualmente [...]” (REED, 2005, p.1622), o que tem implicado numa reformulação profundamente anti-realista do sentido e das práticas das organizações. Entretanto, para este autor, um dos problemas centrais dessa vertente filosófica é seu caráter essencialmente nominalista e sua posição ontologicamente ‘muda’.

Essa perspectiva anti-realista diz que todas as formas de conhecimento exclusivamente determinam o conteúdo e os limites do objeto de domínio aos quais estão relacionadas. Além disso, que o conhecimento é alcançado através de imposição de categorias teóricas, regras epistemológicas e construções discursivas através das quais o que pode ser conhecido e como pode ser conhecido é trazido à tona. Conseqüentemente, nos estudos organizacionais, essa teoria do conhecimento prega a visão de que organização não passa de um texto, denotando um sintoma da filosofia do construcionismo social, em sua vertente forte ou radical, que tem se tornando hegemônica nas últimas décadas (REED, 2005). Porém, ela tem dificuldades (senão incapacidade) de reconhecer a existência da realidade extra discursiva, isto é, aquela fora do texto, o que implicaria numa reificação da linguagem (BHASKAR, 1989; 1998).

Assim, posicionando-se contra tal reducionismo lingüístico – o que Bhaskar (2008[1975]; 1989; 1998) denomina de *falácia epistêmica* – e visando recuperar a realidade extra discursiva é que se insere esta, relativamente recente, discussão do realismo crítico (RC) ou realismo transcendental, cujo mote central é a reivindicação do domínio ontológico. Tal discussão, em última instância, se trava no âmbito da filosofia e se pauta sobre argumentos verdadeiramente filosóficos, já que não se pode nunca ser verificada. Mesmo assim, esse papel da filosofia é crucial, já que esta disciplina se coloca como base de fundamentação de todas as outras formas de conhecimento científico, bem como para as formas de se posicionar e agir no mundo. Segundo Bhaskar (1989, p.1) “[n]ós precisamos considerar seriamente a filosofia porque ela é a disciplina que tem tradicionalmente *subscrito* ambos, tanto o que constitui a ciência ou conhecimento quanto que práticas políticas são consideradas legítimas”.

Para Corrales (2004; 2007) o RC surge como este outro – e novo – paradigma filosófico e científico, capaz de fornecer explicações mais adequadas para os questionamentos levantados pelas práticas correntes de investigação científica. O RC ao prover uma maior e mais aprofundada fundamentação filosófica sobre e para as ciências, em diferentes níveis e formas, ressalta e potencializa a capacidade de explicação trazida pelas ciências em geral, e mesmo de intervenção racional e emancipação, trazidas, em especial, pelas ciências sociais e humanas. Mas elas farão isso racionalmente somente com a condição de que elas interpretem o mundo corretamente (BHASKAR, 1989). E para tal interpretação é fundamental ter acesso mais preciso ao que se constituía realidade em si. E, portanto, é aqui que se insere a discussão sobre o domínio ontológico.

De fato, sua dispersão e crescimento têm sido observados em diferentes áreas desde as ciências sociais, bojo do movimento a partir do naturalismo crítico (BHASKAR, 1989; 1998; HAMLIM; 2000; CORRALES, 2004; 2007; JESSOP, 2005), passando pela economia (FLEETWOOD, 2005), direito (PENSILVANYA LAW REVIEW), sistemas de informação

(DOBSON, 2002), serviço social (HOUSTON; 2001), enfermagem (McEVOY; RICHARDS, 2006), linguística (CORSON, 1997), estudos interdisciplinares (DANERMARK, 2001), estudos organizacionais (REED, 2005), estratégia (KWAN; TSANG, 2001), treinamento e formação em administração (SAYED; MINGERS; MURRAY, 2009), empreendedorismo (LECA; NACCACHE, 2006), história econômica das organizações (CLARCK; BLUNDEL, 2006), métodos de pesquisa (DOWNWARD; FINCH; RAMSAY, 2002), entre outros.

No que tange especificamente ao campo dos estudos organizacionais, foco central deste trabalho, Reed (2005) ao fornecer uma exposição da virada realista – ainda em processo, e restrita ao cenário internacional – nos estudos contemporâneos de administração e organização, avalia suas implicações, sublinhando os princípios e práticas explicativos que deveriam sustentar os estudos de administração e organização como um campo científico social, num contexto intelectual onde ontologias e epistemologias anti-realistas ainda têm sido dominantes. Para o autor, esta nova e promissora forma de se fazer ciência, cria um espaço e uma oportunidade intelectual significativa em que a sociologia histórica da dinâmica das formas organizacionais e dos regimes de controle gerenciais (administrativos) podem ser redescobertos e renovados.

Assim, para alcançar o objetivo declarado de introduzir o debate sobre RC na comunidade acadêmica brasileira de ensino e pesquisa em administração, bem como evidenciar sobre algumas aplicações e possíveis implicações desta perspectiva filosófica para os estudos organizacionais, em especial, no contexto brasileiro; realizou-se aqui uma revisão teórica – tão ampla quanto o possível – sobre o RC, considerando sua proposta como filosofia *para* a ciência e como programa de pesquisa em ciência, sobretudo nas ciências sociais e humanas, assim como suas fases de desenvolvimento cronológico, e seus principais expoentes. Acredita-se que este texto possa trazer à tona um debate fecundo sobre a produção do conhecimento científico e, sobretudo, como diferentes campos científicos podem se apropriar deste novo paradigma científico ampliando qualitativa e quantitativamente seus horizontes explicativos avançando assim na acumulação e integração do conhecimento.

2. O Movimento *Critical Realism* e a Refutação Transcendental da Ciência Normal

Esta seção visa apresentar os principais argumentos de que o realismo transcendental lança mão em sua crítica ao paradigma científico humeano, seja em sua vertente tradicional hegemônica positivista seja em sua vertente contemporaneamente hegemônica anti-realista de relato da ciência. Para tanto, apresentamos aqui uma síntese do contexto histórico de emergência do realismo transcendental face aos limites científicos da época.

Segundo Vandenberghe (2007), o RC é um movimento na filosofia e nas ciências humanas de caráter interdisciplinar e internacional, cuja formulação inicial e estabelecimento de suas principais teses se devem aos trabalhos de Roy Bhaskar e seu esforço de introduzir, ainda no início dos anos 1970, reflexões sólidas e solidamente argumentadas sobre a questão ontológica, tanto no domínio da filosofia quanto – na sua posterior transposição para o – das ciências humanas.

Seu interesse pela filosofia não se deu de imediato. Tendo iniciado sua preocupação central com a questão da relevância da teoria econômica para os países sub-desenvolvidos, ainda durante a elaboração de sua tese de doutorado, no final dos anos 1960, a qual foi orientada pelo expoente filosófico Rom Harré; Bhaskar começou a se deparar com o problema de intervenção humana no mundo real (WIKIPEDIA, 2010; BHASKAR, 2010). Porém, devido à ausência de parâmetros seguros para tal intervenção – o problema de ausência de compreensão correta da realidade – ele desloca o foco de sua atenção para o domínio filosófico, onde se fazia necessário naquele momento resgatar e reconstruir uma base sólida sobre o que *é* a realidade, a fim de que se pudesse, em seguida, compreender – e, eventualmente, mudar – tal realidade (BHASKAR, 1989; 1988a).

Devido ao corpo, à abrangência e aos desdobramentos que o movimento do RC tomou, podemos caracterizá-lo em fases, que representam, a grosso modo, os principais avanços realizados em certo período de tempo e sob uma orientação específica. Além disso, como pondera Jessop (2005, p.40 – tradução livre)

“Embora o termo ‘realismo crítico’ seja relativamente recente e a bagagem de idéias vinculadas à ‘escola bhaskariana’ seja certamente distintiva e tenha sua própria lógica, muitos dos conceitos e princípios explanatórios envolvidos no realismo crítico possuem uma longa história [...] enquanto o inicial *revival* do interesse filosófico nas possibilidades do realismo crítico nas ciências sociais nos últimos 30 anos está fortemente (e legitimamente) associados a Bhaskar, seu próprio trabalho moveu-se [das bases analíticas transcendentais kantianas] em uma complexa análise filosófica e metodológica da dialética (como em *The Pulse of Freedom*) e, então, no que muitos consideram como uma errônea e tardia virada teológica”.

Assim, principal marca de seu trabalho: a asserção da dimensão ontológica, como premissa fundamental do conhecimento e, em especial do conhecimento científico, pois para o autor o objeto – com suas propriedades e características – é que define e exige um modo específico de se olhar para ele.

O desenvolvimento da estratificação ontológica da realidade e sua conseqüente aproximação das dimensões intransitiva e transitiva constituiu a 1ª fase do realismo transcendental (BHASKAR, 1989). Esta fase foi caracterizada pela aderência de um grande número de estudiosos e outros proponentes na Grã Bretanha, que estavam envolvidos com a filosofia radical e outros movimentos correlatos, mas dispersos, e que, ocasionalmente encontravam *Journal of Radical Philosophy* um dos, então, poucos veículos para se extravasar a crítica intelectual as vertentes filosóficas e científica hegemônicas, tendo sido publicado neste periódico os primeiros escritos sobre (ou relacionados ao) RC. Ainda nesta fase defendia-se uma abordagem objetivista realista da ciência baseada no estilo kantiano da análise transcendental da atividade científica experimental (WIKIPEDIA, 2010).

A segunda fase do RC ocorreu em fins de 1980 e início da década de 1990, tendo como marco o lançamento da obra *Dialética: o pulsar da liberdade [Dialectic: the Pulse of Freedom]*, em 1993, conquistou novos aderentes e também novos críticos para o movimento. Nesta fase, Bhaskar propôs a dialetização do RC através de uma elaborada (re)leitura de Hegel e Marx. Defendendo junto a Marx, e contra Hegel, que as conexões dialéticas, as relações e contradições são elas mesmas ontológicas – isto é, objetivamente reais – o autor desenvolveu o conceito de ausência real, o qual – afirmava-se – poderia prover uma fundação mais robusta da realidade e objetividade dos valores e crítica. Bhaskar buscou ainda desenvolver e incorporar a agência humana racional e crítica na proposta dialética, com sua quarta dimensão da dialética, enquanto fundamentando um modelo sistêmico de pratica transformativa emancipatória racional (WIKIPEDIA, 2010).

Um terceira fase da obra (e da carreira) de Bhaskar mas que, de certo modo, se separa do movimento do RC em si foi sua ‘virada espiritual’, ocorrida com a publicação do livro *Do Leste para Oeste: a Odisséia da Alma [From East to West: the Odyssey of Soul]*, em 2000, onde Bhaskar expressa suas idéias relativas a valores espirituais. Esta incorporação o levou a uma fase final do realismo considerada como Realismo Crítico Dialético Transcendental. Porém, esta obra assim como as que se seguiram foram altamente controversas levando-o a uma situação de ruptura, em certo sentido, em relação ao movimento do RC em si, que ele próprio originara. Enquanto alguns seguidores consideraram esta nova fase como mais uma extensão do movimento, os críticos – inclusive internamente – consideraram-na como uma ruptura que punha em jogo a seriedade do movimento realista crítico. Assim, nos seus escritos seguintes – como em *Reflexões sobre Meta Realidade [Reflections on Meta Reality]* (2002) – o próprio Bhaskar se afasta, em certa medida, do realismo e considera para si um novo ponto

de partida filosófico, que ele próprio denomina filosofia da *Meta-Realidade* (WIKIPEDIA, 2010).

Como aponta Jessop (2005), o trabalho de Bhaskar deu uma justificativa inicial para uma posição realista, mas não pode justificar qualquer posição realista em particular. De fato, dado seu ponto de vista *underlabourer*, ele não tentou fazer tanto. Seus argumentos rejeitam incisivamente ontologias alternativas (i.e. não realistas). Mas ele não podia simplesmente escolher uma variante do realismo e excluir todas as outras, por isso, por um lado ele fez um balanço, algo que daria uma justificativa transcendental para a superioridade do RC como relato geral do mundo e das condições de investigação científica, e, de outro, ele estabeleceu a superioridade desta ontologia, epistemologia, metodologia sobre as demais ao elaborar um *framework* sobre o RC.

Ainda segundo este autor, em contraste, as elaborações mais detalhadas dos argumentos do RC, o desenvolvimento de análises crítico-realistas particulares, e sua aplicação em problemas explanatórios e práticos tem envolvido muitos outros teóricos, que indiscutivelmente têm feito contribuições cruciais para o florescimento do RC nas ciências sociais (JESSOP, 2005). Vale ressaltar que é necessário distinguir-se entre as posições do RC, do geral para o particular, e os argumentos desenvolvidos com (ou compatíveis com) este quadro teórico geral. A fim de evitar possíveis confusões quanto ao sentido empregado pela terminologia em fases diferentes, atém-se aqui ao resgate das idéias principais da fase inicial do realismo transcendental, que forjou ma nova visão paradigmática sobre a filosofia da ciência.

Fazendo uma retrospectiva quase autobiográfica de sua própria trajetória pessoal e intelectual, Bhaskar (1989; 1988b) aponta que a elaboração de sua perspectiva realista transcendental se deu com o intuito de combater um duplo problema que assolava as perspectivas filosóficas até então vigentes. De um lado, seu combate se tratava em relação ao empiricismo, manifestado na ideologia do então chamado ‘novo realismo’ (cf. próxima seção), que foi ganhando corpo, sobretudo, na década de 1980. E, noutra frente de batalha, o combate se dava em relação ao idealismo, manifestado, em suas formas de funcionamento, por meio de perspectivas relativistas como o pós-estruturalismo e o pós-modernismo.

Além disso, um problema de fundo orienta a preocupação de Bhaskar no seu empreendimento de reconstrução do edifício filosófico: a tentativa de ajudar a empoderar as ciências, e especialmente as ciências humanas, pois em sua concepção elas seriam uma condição necessária, porém insuficiente, para esclarecer e gerar projetos de auto-emancipação humana (BHASKAR, 1989; 1988b).

Segundo o próprio autor, o problema com o qual da filosofia da ciência se deparava, no contexto histórico do início dos anos 1970, estava caracterizado em duas principais linhas de crítica, ao então, e recentemente hegemônico, relato positivista de ciência. De um lado, havia uma vertente anti-monística, tipificada pelos trabalhos de Popper, Lakatos, Feyrabend, Sellars e Kuhn, entre outros, que focalizava o caráter social da ciência e sublinhava o fenômeno da mudança científica e do desenvolvimento. E, de outro lado, havia uma vertente anti-dedutivista representada por filósofos como Scriven, Hesse e Harré que se debruçavam sobre questões como a noção do papel dos modelos e as analogias na ciência, sustentando certa noção de estratificação do conhecimento científico (BHASKAR, 1989; 1988b).

Como estas duas linhas enfrentavam problemas de limitações internas, devido principalmente às restrições de suas próprias premissas, Bhaskar construiu sua perspectiva a partir de uma síntese de ambas as vertentes, onde a cada uma ele atribuiu um peso e um papel. Enquanto retira da primeira o seu caráter dinâmico e mutável, gerando assim o lado ‘transitivo’ ou dimensão epistemológica no seu relato de filosofia da ciência; Bhaskar extrai da segunda vertente a característica que lhe forneceu uma linha de base distintiva e

inconfundivelmente demarcadora de seu trabalho, o lado intransitivo ou dimensão ontológica da filosofia da ciência (BHASKAR, 1989; 1988b).

Em síntese, como manifesta o próprio autor:

“Eu desenvolvi um momento anti-dedutivista na obra *Um Teoria Realista da Ciência (A Realist Theory of Science – TRS)*, tornando-se claro que havia dois principais aspectos [em minha teoria]:

- 1) A crítica da ausência de *suficiência* do critério Humeano para as leis, do critério Hempeliano de explicação (e do critério Nageliano para redução e assim por diante), lançando luz sobre a falha do relato positivista para sustentar a *necessidade* do conhecimento nomológico ou parecido com leis científicas.
- 2) A crítica da ausência de *necessidade* do critério Humeano para as leis, do critério Hempeliano para explicação (e do critério Nageliano para redução e assim por diante), lançando luz sobre a falha do relato positivista para sustentar a universalidade – ou, como eu coloco a questão, a *transfactualidade* – do conhecimento nomológico ou parecido com leis (universais).” (BHASKAR, 1989, p.180-181 – itálicos no original).

Enquanto o primeiro aspecto foi tradicionalmente manifestado em problemas notórios da filosofia da ciência, tais como o da indução; o segundo é visto na aplicabilidade de nosso conhecimento em sistemas abertos, ou no que subsequentemente o autor chamou de problema de ‘transdução’. O passo decisivo, e sua visão, foi este último, pois, para ele este passo marcou a diferença entre, de um lado, a rejeição explícita e a aceitação tácita da ontologia empirista do realismo empírico – na crítica que ela faz do empirismo – e, de outro, a diferença entre o realismo transcendental e o idealismo transcendental do tipo representado por Harré – seu ex-mentor intelectual (BHASKAR, 1989).

“Pelo desenvolvimento da linha da crítica em (2) tornou-se possível isolar o domínio crucial do não-actual (e conseqüentemente do não-empírico) real (ver RTS p.56) e identificar as 3 fases do esquema de desenvolvimento científico, no qual as ciências passam interativamente através dos estágios empiricista, kantiano e realista (transcendental)” (BHASKAR, 1989, p.181).

Vandenberghe (2007) comenta que, contrariamente ao positivismo, o realismo transcendental ressalta que o mundo não é uma concatenação de eventos e experiências empíricas casualmente ligadas entre si numa sucessão invariável (se A, então B), mas sim um conjunto de estruturas reais, factuais e casualmente eficazes. Contrariamente ao que rogam os positivistas desde Hume, a tarefa da ciência não seria estabelecer leis universais, concebidas como uma conjunção constante de eventos ou uma sucessão invariante de eventos, mas sim demonstrar a existência de um ou vários mecanismos causais que estão na base das regularidades empíricas observadas ou observáveis, produzindo-os e explicando-os.

Jessop (2005) pondera que o trabalho de Bhaskar ofereceu uma prova transcendental – baseada na falseabilidade científica bem sucedida em um mundo (sistema) aberto – para a existência de objetos reais com propriedades naturalmente necessárias e tendências que existiam, não obstante, somente enquanto tendências, mesmo assim que dependem de serem sempre atualizadas para serem acessíveis as observações científicas.

Assim, de acordo com Bhaskar (1989), através dos dois passos supracitados – sobretudo, pelo segundo – é que se tornou possível constituir uma ruptura meta-epistemológica na filosofia contemporânea da ciência. Esta tem sido a principal marca de seu trabalho: a asserção da dimensão ontológica, como premissa fundamental do conhecimento e, em especial do conhecimento científico, pois para o autor o objeto – com suas propriedades e características – é que define como e requer um modo específico de se olhar para ele.

Bhaskar (1989), lembrando que seu antigo mentor Rom Harré utilizou a expressão ‘revolução coperniqueana’ na filosofia da ciência ao propor a inversão do relacionamento padrão entre esqueleto dedutivo e modelo animação (da agência humana), mostra que esta

proposta apresenta falhas, sendo suscetível ao ataque do empiricismo. Assim, Bhaskar aceita e toma emprestada a expressão utilizada, porém ressignificando-a dentro de sua obra, a qual, segundo ele, é verdadeiramente capaz de sustentar tal revolução.

Referindo-se a sua obra com o termo ‘revolução coperniqueana’, Bhaskar (1989; 1988b) considera a metáfora em dois sentidos: (1) um geral, sinalizando o desvio *dentro da ontologia* a partir de eventos, do estado de coisas e, estruturas e mecanismos generativos que os geram; e (2) um significado específico assinalando o desvio *dentro da filosofia*, de uma epistemologia para uma ontologia, ou a partir da transição de uma ontologia implícita para uma ontologia explícita. Como consequência, a ‘revolução coperniqueana’ aqui proposta foi qualificada em termos da irredutibilidade da ontologia e no isolamento do erro de categoria fundamental da ‘tradição epistemológica’, a saber: “o erro da falácia epistêmica da definição do ser em termos do conhecimento que se tem dele [...] ou, um deslocamento disto, em termos de linguagem e discurso, a *falácia lingüística*”, possível devido ao relato atual da ruptura com as leis gerais coperniqueanas (BHASKAR, 1989, p.181).

Para Bhaskar (1989) Foi um pequeno passo daqui para se passar a falácia ôntica na ontologização e consequentemente naturalização do (e consequentemente eternalização) do conhecimento, e sua compulsiva determinação pelo ser. Segundo Bhaskar (1975) é esta falácia que Rorty percebe em sua filosofia e espelho da natureza. Mas Rorty mantém-se preso à falácia epistêmica da visão da ciência. Na visão de Copérnico, então, nos movemos, assim como Copérnico, mas diferente de Kant, para uma concepção da realidade, incluindo a realidade cognoscível, como somente contingencialmente, parcialmente e localmente humanizada. Assim, para reafirmar e recuperar a realidade é preciso, em primeiro lugar, desantropomorfizá-la: deixá-la ser (não co-determinada como nós).

3. Distinguindo Realismos

O objetivo desta seção é o de realizar um movimento de dupla distinção acerca do realismo. Em primeiro plano, busca-se apresentar a distinção feita por Bhaskar (1988a, 1989,) entre sua filosofia do realismo transcendental e o movimento externo a ela, emergente no contexto europeu dos anos 1980, intitulado ‘novo realismo’. Em seguida, num segundo plano, buscamos apresentar distinções internas dentro do movimento do RC (ou transcendental) bhaskariano, em suas vertentes apontadas por Bhaskar e também pelos desdobramentos de especificidades apontadas por seguidores. Para isso, a linha de argumentação adotada aqui será a de apresentar as principais ponderações e argumentos desenvolvidos pelo próprio autor, bem como por alguns de seus principais comentadores, sobre os traços distintivos subjacentes ao realismo transcendental, que por oposição, colocam-no de modo frontal ao novo realismo.

Bhaskar (1988b; 1989, p.183 – grifos no original) considera que é possível fazer uma distinção entre “[...] uma filosofia *da* ciência ou [o que ele chama de] filosofia cientificamente-orientada de uma filosofia *para* a ciência ou um realismo científico”. Segundo o autor, a maioria das filosofias não são realismos científicos, pois para tanto uma filosofia deveria ser demarcadamente consistente com o conteúdo substantivo das ciências e orientada para o seu ‘florescimento’, ao invés do mero reconhecimento da existência da ciência.

No ensaio intitulado *Realismo Crítico, Relações Sociais e Defesa do Socialismo*, apresentado em 1988 por ocasião da 2ª Conferência Socialista sediada em Chesterfield, Bhaskar (1988b) chama a atenção – explicitamente – para o que ele considera como ‘novo realismo’:

“O tão chamado ‘novo realismo’ meramente reflete e acomoda o [adjetivo] novo e rapidamente modifica as formas superficiais da sociedade contemporânea capitalista em casa e fora. Alardeado assim como atrasado ajustamento aos fatos da vida política, o ‘novo realismo’ é realmente um realismo empiricista [ou empírico]. Ele é uma forma de realismo que falha em reconhecer que há estruturas duráveis e

mecanismos generativos subjacentes [ocultos] e produzindo eventos e fenômenos observáveis. Em outras palavras, seu realismo é aquele do tipo mais superficial” (BHASKAR, 1989, p.2).

Prosseguindo em sua argumentação, Bhaskar (1989, p. 2) pondera que “[d]everia ser apreciado que todas as filosofias, discursos cognitivos e atividades práticas pressupõem um realismo – no sentido de que alguma ontologia ou uma descrição (relato) geral do mundo – de um tipo ou de outro. A questão crucial é: *de que tipo?*” O realismo científico, transcendental e crítico proposto pelo autor concebe o mundo como sendo estruturado, diferenciado e mutável.

Vandenberghe (2007) explica que Bhaskar, aproveitando as bases estabelecidas por Harré, conceitua as ‘leis naturais’ em referência ao poder causal dos mecanismos generativos como tendências ou disposições naturais das coisas, cuja estrutura intrínseca seria responsável por essa capacidade [poder causal], que sob certas condições e circunstâncias poderia ser ativado e/ou exercido. Assim, torna-se implicitamente claro o papel que a estrutura ôntica dos elementos – possuidor de propriedades intrínsecas, assim como a disposição espaço-temporal ou contextual desses elementos ganha realce, na medida em que ela é vista como catalisadora- viabilizadora ou retardadora-restritiva do exercício de tais propriedades, podendo mesmo a chegar a serem anuladas pelos poderes causais de outros elementos dispersos no contexto, o que é postulado como contra-tendência.

O realismo transcendental pode ser compreendido, de forma bastante sintética, a partir de suas duas teses principais: “(1) a da reivindicação da ontologia como teoria do ser, que é distinta e irreduzível à epistemologia; e (2) a proposição de uma ontologia estratificada compreendendo mecanismos geradores ativos (ou não), dos eventos observáveis (ou não) e dos fatos observáveis (ou não)” (VANDENBERGHE, 2007, p.494). Assim, os fenômenos sociais (assim como a maioria dos fenômenos naturais) são produto de uma pluralidade de estruturas. Mas, tais estruturas podem ser hierarquicamente ranqueadas em termos de sua importância explicativa. Tal abordagem nos permite evitar os erros do cru determinismo e do indiferenciado ecletismo (BHASKAR, 1989).

Ao fazer tal distinção, a preocupação central de Bhaskar (1989; 1988a) é a de enfatizar – e demarcar – a fronteira entre o realismo transcendental e os demais tipos de filosofias disponíveis nas prateleiras. Pois, se colocando de modo oposto ao empiricismo, ao pragmatismo e também ao idealismo, os realistas críticos não negam a realidade dos eventos e dos discursos (cf. próxima seção); ao contrário, eles insistem sobre sua existência, mas, sustentando que as estruturas e os mecanismos causais são irreduzíveis aos padrões de eventos e discursos. Estas estruturas “não são espontaneamente aparentes no padrão observável dos eventos; elas podem somente ser identificadas através do trabalho teórico e prático das ciências sociais” (BHASKAR, 1989, p.2), cujo mote é além de gerar a identificação das estruturas em funcionamento que geram aqueles eventos, fornecer, ainda que de modo não definitivo, meios para se entender – e então mudar – o mundo social.

Enquanto o ‘novo realismo’ apenas retoma o sentido empírico do positivismo fazendo frente às abordagens anti-realistas da ciência, o realismo transcendental destila uma abordagem científica inteiramente diferenciada, tanto para as ciências naturais quanto para as ciências sociais e humanas, mas em especial para estas últimas ao propor a possibilidade de explicação científica baseada numa ontologia comum, mas diferenciada epistemológica e metodologicamente segundo os objetos de conhecimento.

“De acordo com o naturalismo não positivista desenvolvido aqui, os *predicados* que aparecem na explicação do fenômeno social serão diferentes daqueles que aparecem na explicação científica natural e os *procedimentos* usados para estabelecê-los serão, em certos aspectos vitais, diferentes também (sendo contingentes em consequência de (sobre), e determinados pelas, propriedades dos objetos sobre estudo); mas os *princípios* que governam sua produção permanecerão substancialmente os mesmos” (BHASKAR, 1998[1979], p.20).

Bhaskar rejeita o ‘novo realismo’ – ou realismo [apenas] empírico – já que o domínio de observação dos fenômenos, no qual está sustentada a sua ontologia seria o domínio do empírico, ou seja, apenas um primeiro nível da ontologia estratificada da realidade proposta por Bhaskar. Jessop (2005) resume bem tais níveis ao apontar que o domínio do (1) *real* corresponde às estruturas generativas ou mecanismos causais; (2) o domínio do *actual* se refere aos eventos, resultando de várias tendências reais e contra-tendências em condições iniciais específicas; e (3) o domínio do *empírico* se ater às observações e medições de eventos atuais e, em algumas circunstâncias, sublinhando estruturas ou mecanismos.

Assim, Bhaskar reconhece a existência de outros tipos de realismo científico, embora pondere que o realismo transcendental seja a versão melhor desenvolvida, mas com análises da ciência fundamentalmente diferentes: a) um deles atribui uma super-avaliação e/ou importância na explicação histórica; outra que ‘cientisticamente’ identifica o domínio da verdade com o que pode ser conhecido pela ciência; e um terceiro que prega a possibilidade, além de identificar e conhecer a verdade, de redutivamente levá-la a uma ciência em particular como a física.

Em contraposição a estas visões de realismo científico – que talvez estejam mais próximas de uma filosofia da ciência ou cientificamente-orientada do que de uma filosofia *para* a ciência ou realista-científica – o realismo transcendental defende que a ciência não é a medida de todas as coisas. O realismo transcendental pode sustentar uma orientação crítica, um número de bases para a prática científica existente, em particular rejeitando o nominalismo sobre a ciência, e criticando a prática de uma ciência através de uma lacuna de cientificidade. Desse modo, o programa do realismo transcendental, como filosofia orientada para a ciência:

“[...] como foi desenvolvido nos últimos 15 anos [1973-1988], fornece um relato adequado da ciência – mais precisamente, das ciências, em todas as suas diferenças e especificidades assim como em sua unidade – em três principais dimensões: a dimensão intransitiva ou ontológica; a dimensão transitiva ou epistemológica, e a dimensão meta-crítica ou do domínio da teoria crítica” (BHASKAR, 1989, p.183).

A última deveria ser estendida para incluir (a) pressuposições e comprometimentos substantivos assim como filosóficas e sociológicas; e (b) das práticas históricas das ciências assim como suas desconstruções e reconstruções filosóficas.

Um segundo plano ou nível de distinção é aquele feito dentro do próprio movimento do RC. Aqui vale a pena ressaltar a própria distinção conceitual que Bhaskar (1989; 1988b) faz acerca dos termos empregados por ele próprio: realismo transcendental, naturalismo crítico e RC. Enquanto o primeiro se refere ao seu relato de filosofia orientada para a ciência, o segundo fornece uma aplicação das bases dessa filosofia para o contexto específico das ciências sociais. Com o tempo, seus seguidores passaram a elidir as duas expressões cunhando então o termo “realismo crítico”, o qual foi aceito por Bhaskar, já que o mesmo pondera que, de fato, há mais convergências do que divergências entre as terminologias, e que, portanto, o naturalismo crítico como caso especial do realismo transcendental poderia ser bem acomodado dentro dessa nova expressão sintética (e metonímica) para se referir a ambos os elementos de sua obra.

Assim, questões como: *como a ciência tem que ser para que ela seja possível?* conduzem à tese do autor, ao inaugurar um tipo de raciocínio retroductivo (cf. próxima seção), que alimenta um novo tipo de explanação:

“Se, por outro lado, as leis [científicas] são não mais uma constante conjunção de eventos puntiformes, mas tendências transfactuais de estruturas relativamente duradouras, e se o modelo nomológico-dedutivo é não somente inaplicável mas falso, e se o objetivo da ciência não é a predição e controle mas a explicação e o esclarecimento, então, como eu tenho pontuado alhures, há no mínimo uma chance

‘de que as ciências humanas possam ser ou se tornar ciências no mesmo sentido, mas pensadas, é claro, não nos mesmos moldes [ou da mesma forma] ... como as ciências experimentais da natureza’, (BHASKAR, 1998, p.67; BHASKAR, 1989, 184). Foi esta chance que eu explorei em PON através das deduções transcendentais das propriedades que as sociedades e as pessoas devem (tem que) ter se elas são (estão para ser) (ou demarcam estes lugares de) possíveis objetos de conhecimento. Este foi o movimento que eu denominei de naturalismo crítico nas ciências sociais, em distinção das ciências psicológicas [...]” (BHASKAR, 1989, p.184).

Para as ciências sociais Bhaskar (1989) desenvolve um naturalismo anti-positivista, propondo que seja adotada como unidade de análise as relações entre os objetos – tanto para as ciências naturais quanto para as ciências sociais – onde da combinação de tais objetos, i.e., das relações (ou interações) que eles mantêm entre si, é que emergiriam os poderes causais, levando assim a manifestação de um dado fenômeno. A principal – e advogada superior – diferença relacional é que os objetos do conhecimento científico, embora existam intransitivamente, são casualmente interdependentes do conhecimento do qual eles são os objetos. Isso leva imediatamente à diferença crítica, que se torna uma ruptura, através do conceito de crítica explicativa, do padrão distintivo fato/valor e teoria/prática num modo que tem sido parcial e fracamente (feito de modo) análogo à esfera das ciências naturais.

“Se for possível demonstrar a (contingencialmente necessária) suficiência de uma estrutura [estado de coisas, padrão ou conjunto de circunstâncias] para uma crença falsa, inadequada ou parcial, então pode-se passar direto, *ceteris paribus*, para a avaliação negativa daquela estrutura (ou o que quer que seja) e *ceteris paribus* para uma avaliação positiva de uma ação racionalmente direcionada removendo, transformando ou dissolvendo isso [aquela crença] e então *ceteris paribus* para aquela ação” (BHASKAR, 1989, p.186-7).

Essa manobra inicial e fundante das análises bhaskarianas é que o levou a uma concepção de ciência distinta, onde seu modelo está baseado em três elementos – identificação, construção de modelos hipotéticos de explicação e teste:

“A ciência identifica um fenômeno (ou uma conjunto de fenômenos), constrói explanação para ele e empiricamente testa suas explicações, levando a identificação dos mecanismos (causais) generativos no seu trabalho (processo), os quais agora se tornam o fenômeno a ser explicado, e assim por diante. Neste contínuo processo, como os níveis mais profundos ou os estratos da realidade são sucessivamente não dobrados (*un-folded*), a ciência deve construir e testar suas explicações com os recursos cognitivos e as ferramentas físicas que têm a sua disposição, as quais, durante este processo, são progressivamente transformadas, modificadas e refinadas.” (BHASKAR, 1998[1979], p.189).

Val ressaltar ainda que dentro do próprio movimento do realismo transcendental a profusão de seguidores que passaram a acompanhar Bhaskar após suas proposições iniciais, testando, expandindo e, eventualmente, modificando seus argumentos contribuiu para a geração e dispersão de outras vertentes de realismo – conforme será explorada em outros trabalhos – mas ainda compartilhando das mesmas premissas da escola bhaskariana (cf., por exemplo, Margareth Archer, Bob Jessop, Christopher Norris, etc.).

4. O Realismo Crítico: proposições e elementos centrais

A despeito da pluralidade de idéias, conceitos e teses propostas e desenvolvidas no âmbito que se convencionou a chamar de realismo transcendental, partindo da escola bhaskariana, muitos desdobramentos ocorreram, conforme pontuado acima e, por isso, devido à impossibilidade de se esgotar todo o assunto neste único ensaio, é que recorreremos a estratégia de apresentar, de forma sumarizada, as principais categorias que devem ser observadas dentro da perspectiva realista transcendental. Fazendo coro a proposta de Jessop (2005), optou-se aqui por sistematizar o núcleo duro do movimento, em sua ‘versão

tradicional’, a fim de se evitar disparidades ou desvios introduzidos por abordagens específicas. Portanto, nos ateremos aqui as principais ideias da 1ª fase do RC em virtude do relativo consenso existente dentro do movimento sobre tais teses.

De forma geral, como apontado acima, o realismo transcendental trabalha com duas teses principais: (1) a da reivindicação da ontologia e sua irreduzibilidade à epistemologia; e (2) a estratificação desta ontologia, a partir de mecanismos generativos ativos, dos eventos observáveis e dos fatos observáveis, que podem se manifestar ou não (VANDENBERGHE, 2007). Porém, em decorrência disso, várias propostas alternativas sobre epistemologia, metodologia, procedimentos de racionalização científica (*rationale*), assim como o próprio modelo de ciência são reformulados, a fim de comportarem a dimensão ontológica ou intransitiva da realidade, e suas implicações. Esses serão os critérios abordados a seguir.

A ontologia refere-se ao domínio da realidade propriamente dita, na acepção de realidade ou do objeto em si, sendo este possuidor de propriedades e características intrínsecas que orientariam o processo de investigação, delineando até que ponto e de que maneira ele poderia ser feito. O RC adota como posição a ontologia realista, em que a realidade é vista como algo ou entidade que existe ‘lá fora’, isto é, de modo exterior e independente do ser humano ou do conhecimento que ele possa ter ou vir a ter da realidade.

Segundo Bhaskar (1989) este domínio ontológico – ou dimensão intransitiva, já que ele *é/existe* por si só, independente de complemento – é constituído de diferentes estratos ou níveis, aos quais se pode (ou não) ter acesso e gerar conhecimento: o empírico, que é o mais superficial estrato da realidade e constitui-se das manifestações empíricas de um dado fenômeno, e que, portanto, podem ser observadas; o estrato atual, que seria um segundo estrato da realidade e empírico, não necessariamente observado, referente aos eventos ou a ocorrência de sucessivas transformações na realidade; e o estrato do real, terceiro e mais profundo nível da realidade, que remeteria às propriedades internas e intrínsecas de cada entidade – ou coisa em si – e que seria responsável por desencadear a atuação das manifestações de um fenômeno, nos demais níveis, já que aqui neste nível é que residiram, de forma imanente – os poderes causais das entidades, sendo ativados mediante a sua exposição a determinadas circunstâncias (JESSOP, 2005; VANDENBERGHE, 2007).

Fleetwood (2005, p. 199 – grifos no original) ainda acrescenta que uma “*entidade é tida como sendo real se ela tiver uma eficácia causal, um efeito sobre o comportamento, fizer alguma diferença*”. A confusão que geralmente é feita baseia-se na acepção tomada literalmente e acriticamente de uma (errônea) equivalência entre o ‘real’ e a ‘existência material’ ou física de uma entidade; e, por oposição, a equivalência (também errônea) entre o ‘não-real’ como sendo entidades ‘não-materiais’ ou sem existência física. Além disso, há que se considerar, segundo o mesmo autor, que as entidades reais podem sobrepor dois modos distintos ou mesmo passar de um modo a outro, já que tipicamente elas estão sempre em evolução e mudança.

Contrariamente a essa visão superficial e acrítica, os realistas críticos apontam que muitas coisas são reais, mas de diferentes modos, sendo possível identificar pelo menos quatro formas de realidade: (1) *a material*, que se refere a entidades materiais como a água ou a terra, que existem independente do que os indivíduos ou comunidades façam, digam ou pensem; (2) *a ideal*, se refere a entidades conceituais tais como discurso, gênero, símbolos, etc. que podem ser entendidas como entidades discursivas, e que têm eficácia causal e que podem ter (ou não) um referente que pode ser idealmente real (ou não); (3) *a artefactual*, refere-se a entidades – tais com cosméticos ou computadores – que são uma síntese de entidades física-ideal-socialmente reais; e (4) *a social*, que se refere a práticas, estados de coisas, estruturas sociais que constituem organizações humanas (FLEWTWOOD, 2005).

Segundo Bhaskar (1989, p.185) “[...] outra diferença além da dependência social-relacional das estruturas sociais, são as suas dependências práxis-conceitual e sua

relativamente grande especificidade material espaço-temporal ou geo-historicidade substantiva”. Uma estrutura ou um poder pode ser reproduzido sem estar sendo exercido, mas somente em virtude das praticas humanas que sustentem aquela estrutura na sua existência).

Jessop (2005) comenta que Bhaskar enfatiza a natureza relacional dos três estratos da realidade, ou seja, as relações internamente necessárias e/ou externamente contingentes que obtém dentro dessas dimensões. Em particular, as propriedades necessariamente naturais do real podem (ou não) ser atualizadas em condições iniciais específicas e/ou através de (não)intervenções específicas. Neste sentido, a aparência de tais propriedades não é garantida, mas somente tendencial. Assim, os realistas críticos observam as propriedades e eventos ambos como necessariamente contingente e como contingencialmente necessários.

Em primeiro lugar, os eventos são necessariamente contingentes porque tendências são somente sempre tendenciais, podem ser opostas por contra-tendências, e são esclarecidas, se totalmente, apenas em condições históricas específicas. Tendências são tendenciais porque sua operação depende, sobretudo, da reprodução de relações sociais e processos que as geram. Porque esta reprodução não pode ser *taken for granted* (naturalizada), o quão distante uma tendência opera depende da extensão em que as suas próprias condições de existência tendem a ser reproduzidas. Em segundo lugar, os realistas críticos assumem que os eventos são contingencialmente necessários porque uma combinação particular de tendências e contra-tendências em um contexto histórico particular tipicamente produz um resultado (ou um conjunto de resultados) ao invés de outro necessário.

Uma implicação dessa posição realista crítica para as ciências sociais é que, ontologicamente, argumenta-se que as formas sociais pré-existem aos indivíduos e esta existência é uma condição necessária para sua atividade – excluindo o erro do voluntarismo. Porém, as formas sociais *não existem separadas* (grifo nosso) da concepção dos agentes do que eles estão fazendo e, neste sentido, são discursivas assim como materiais. As ações sociais reproduzem ou transformam as formas sociais – o que exclui a reificação da sociedade. Assim, esta seria definida como “[...] um conjunto articulado de tendências provisórias e poderes que existem somente enquanto, e pelo menos, alguns deles estão sendo exercidos via a atividade intencional dos seres humanos [...]” (JESSOP, 2005, p.44).

Um segundo elemento central dentro do RC é a *dimensão transitiva* do conhecimento – ou *epistemológica* – que ao invés de orientar o processo de descoberta científica, passa a ser orientada pela dimensão intransitiva ou ontológica. Para Bhaskar (1989) uma das características mais significantes das ciências sociais é que o fenômeno social ocorre somente em sistemas abertos, enquanto que a esfera natural há a possibilidade de fechamento artificial desses sistemas, como observado na física ou na química, e de fechamento parcial, gerando sistemas quase-fechados na biologia, mas com alto grau de controle das variáveis. Daí segue-se que situações decisivas de teste são impossíveis. Então, o critério de escolha de uma teoria ou desenvolvimento teórico deve ser exclusivamente explicativo e não preditivo.

Como consequência haveria duas posições extremas do fato de se ter sistemas abertos: uma seria a possibilidade de se negar qualquer controle *a posteriori* numa teoria independente de sua aplicação prática, o que ressaltaria o caráter de impossibilidade de teste preditivo. A outra seria a observação do uso de uma bateria de técnicas estatísticas como mais ou menos adequada para se tentar substituir o fechamento experimental, o que negligenciaria os limites qualitativos da medição e a probabilidade de variação dos sistemas abertos. Porém, é necessário esclarecer que isso não implica em se jogar fora as previsões condicionais na ciência social. Além disso, uma teoria explicativa poderosa seria capaz de situar possibilidades mesmo antes de elas serem manifestadas, conferindo assim uma função prognosticativa no domínio social à teoria.

Outro ponto fundamental no que tange a dimensão epistemológica é que os objetos intransitivos da investigação social são, em si mesmos, dotados de significados ou emergem

em parte das relações entre ações plenas de significados. Isso implica uma dupla hermenêutica, em que o que a ciência pretende interpretar é isso mesmo pré-interpretado. Isso resulta que a ciência social pode dar *feed back* para a realidade social e assim, adquire auto reflexão pelos cientistas. Isso implica que as boas explicações combinam explicativo (causal) e interpretativo (hermenêutica). Há duas razões para isso: o RC rejeita o modelo humeano, e, razões podem ser causas (BHASKAR, 1998). O que traz implicações diretas para a ciência e a prática social.

Jessop (2005) coloca que o conhecimento – domínio transitivo – é feito através de um processo contínuo de confrontação entre *hipóteses* teóricas *retrodutivas* sobre os objetos intransitivos e *demonstrações evidentes* (ou evidenciáveis), geradas através da investigação transitiva. Estas demonstrações são mediadas pelo resultado da investigação científica e nunca refletem diretamente o domínio real ou o fenômeno atual (domínio actual).

O problema, então, de como resolver qualquer inconsistência entre hipóteses e evidência seria determinado dentro do paradigma prevalecente (hegemônico), com suas regras da ciência. Mas para estas regras serem aceitadas como científicas elas devem prover uma base para julgamento racional entre diferentes reivindicações. Estas regras pertencem ao aspecto transitivo da ciência e por isso estão sujeitas a revisão e desenvolvimento. Assim, o relativismo epistemológico aqui empregado pelo realismo não se confunde ou compartilha do relativismo julgamental (i.e., a visão de que qualquer julgamento pode ser tão bom quanto qualquer outro). Afirmações competitivas sobre o mundo intransitivo são freqüentemente possíveis (mas não sempre) de serem feitas (JESSOP, 2005).

Assim, chega-se a um terceiro elemento central do RC: o processo de *racionalização científica (rationale)*. No RC a busca pela racionalização e explicação científica percorre um caminho diferente do paradigma convencional. Com questões como: como o mundo/realidade tem que ser para que ele seja passível de conhecimento por nós?; e “que propriedades possuem as sociedades que podem torná-las possíveis objetos de conhecimento para nós?” (BHASKAR, 1998, p.1), Bhaskar inverte a tradicional lógica de questionamento, passando da ênfase na agência (como eu conheço o mundo?) para a ênfase na objeto ou coisa em si (como ele é ou deve ser para que possa ser conhecido?) e com isso mundo o sentido e a orientação do raciocínio filosófico e científico – no realismo transcendental – gerando o que ele chama de *retrodução (retroduction)*.

A retodução é um tipo de raciocínio lógico-filosófico (passível de ser transposto para campo científico) que embasa o pensamento dentro deste paradigma. *Como teria que ser X para que se tornem objetos de conhecimento para nós? Que propriedades teriam o objeto X para que ele se tornasse objeto de conhecimento para nós (fosse possível ser conhecido)?* Este tipo de operação “[...] envolve um questionamento do que o mundo real deve ser para que um *explanandum* específico seja atualizado, e como tal, difere da indução empírica e da dedução lógica” (JESSOP, 2005, p.43).

Tal procedimento é de caráter geral – assim como a indução ou dedução e, portanto, não requer uma técnica específica para sua aplicação. Ao contrário, pode recorrer tanto a experimentação, medição, observação, etc. sendo sempre contingentes, falíveis e, talvez, corrigíveis” (idem). Por esta razão o RC abraça o relativismo epistemológico.

Segundo Jessop (2005) *metodologicamente* o RC aponta para a necessidade de se descobrir quais são as condições necessárias e suficientes para um dado *explanandum*. De acordo com Bhaskar (1998, p.20-22) as “[...] simples generalizações empíricas somente são aceitáveis na ausência de conhecimento sobre os poderes causais ou mecanismos e outras condições que formam a melhor base para a *retrodução* descobrir os mecanismos e obter as condições que os geram”.

Isto é ilustrado pelo registro de Lawson na economia, quando ele fala de semi-regularidades ocorridas num espaço físico. A identificação destas certas regularidades é

facilitada por meio da comparação, o estudo de crises econômicas, e as análises contrafactuais. Geralmente, a explicação adequada é somente relativa a um dado explanandum. Isto pode mover do abstrato para o concreto, i.e., pelo aumento gradativo da concretização /materialização de um dado fenômeno (ex.: de *comodities* em geral para força de trabalho como uma *comoditie* fictícia, da relação salarial para os salários nominais...) e do simples para o complexo, em outras palavras, pela introdução de outras (novas) dimensões de um dado fenômeno (JESSOP, 2005). Dessa forma, reconhece-se que nenhuma explicação é sempre e totalmente completa. Ela pode ser sempre re-definida ou questionada fazendo-se o *explanandum* mais concreto e/ou complexo.

Uma implicação direta para as ciências sociais é que “[...] enquanto os poderes causais básicos e leis do mundo natural tem sido constantes desde a formação do universo, o mundo social exhibe poucas constantes e e correspondentemente maior variação em emergentes propriedades reais através do tempo e do espaço” (JESSOP, 2005, p.44). Assim, os cientistas sociais precisam considerar a especificidade histórica e a espacialidade das formas sociais e a transformação de suas propriedades sociais. Neste particular importante para disciplinas e pesquisas preocupação com a distintividade e particularidade de eventos ou processos, que serão engajados em probabilísticos e raciocínios contrafactuais aplicados a condições internas e externas do fenômeno em questão.

Embora reconhecendo a necessidade de procedimentos metodológicos eventualmente distintos entre as ciências sociais e as naturais, o RC não especifica que técnicas podem ou devem ser utilizadas e quais não podem ou não devem, deixando a questão aberta à própria verificação transfactual na realidade. Bhaskar (1998, p.129) gera um modelo de explicação científica em sistemas abertos, composto por com 4 fases:

- (1) *Resolução* de um evento complexo em seus componentes (análise causal).
- (2) *Redescrição* das causas componentes.
- (3) *Retrodiction* a possíveis causas (antecedentes) de componentes via afirmações nômicas validadas de modo independente.
- (4) *Eliminação* de causas alternativas possíveis dos componentes.

Este modelo, denominado de modelo RRRE de explicação em sistemas abertos, testemunha a multiplicidade e pluralidade de causas nos passos 1 e 4, respectivamente. Além disso, nas fases 2 e 3 é sublinhado o papel chave desempenhado pelas atividades científicas de redescrição e aplicação transfactual do conhecimento – sendo ambas estritamente incompatíveis com o relato humeano (BHASKAR, 1998).

No modelo positivista, a explicação meramente generaliza o problema, enquanto que na vida científica e cotidiana ele resolve este problema, via a introdução de um novo (solucionador de problema, explicativo) conceito. Isso envolve um trabalho não lógico. O realismo transcendental e o idealismo concordam com a necessidade de, mas discordam na natureza de, tal trabalho. O realismo o vê como prático e ao mesmo tempo simbólico, com explicações construídas na imaginação científica sujeita não apenas as restrições cognitivas de coerência e plausibilidade, mas também as condições materiais de teste empírico. Além disso, este trabalho não lógico (ou imaginativo) distingue o momento da teoria e aquele de sua aplicação em sistemas abertos. O idealismo nota corretamente que as explicações estão situadas no tempo e no espaço: que elas são formas de intercâmbio (e de produção) social, não descrições de um dado mundo. Mas, o realismo insiste que este processo social transmite a importação de uma carga ontológica, e o observa como sujeito a controles objetivos tanto quanto intersubjetivos.

5. Limitações e Questões para Debate

O RC não é uma filosofia *para* ciência sem críticas e críticos. Tais críticas podem ser agrupadas em dois níveis: um externo, isto é de fora do movimento visando desconstruí-lo e

destituí-lo da posição emergente que vem assumindo; e outra interna, feita pelos seus próprios seguidores, mas com desenvolvimentos específicos às concepções iniciais.

Muitas dessas críticas vieram junto com as suas formulações originais, já nos idos da década com o lançamento do livro *Uma Teoria Realista da Ciência* [*A Realist Theory of Science*], em 1975. Em sua argumentação em defesa de um denominador comum entre as ciências – que seria sua dimensão ontológica – Bhaskar, ao priorizar tal dimensão, coloca ênfase no objeto em si e na realidade, o que implica pelo menos duas coisas: a) por um lado, uma desantropomorfização das ciências e, por outro, tomar o relato das ciências naturais como trilha original a qual servirá de guia para se produzir as adaptações necessárias para se gerar o conhecimento científico das ciências humanas.

Porém, para Ted Benton e Alan Chambers, ao fazer isso, Bhaskar estaria fundamentando seu relato essencial e exaustivamente na física e química, como se quisesse espalhar suas premissas e modos de operação para todas as ciências. Assim, para esses autores o relato bhaskariano seria passível de crítica por se aproximar demasiadamente das ciências naturais. Porém, Bhaskar se defende argumentando que tomou a física e a química como exemplos, devido ao fato de representarem o núcleo duro das ciências na versão tradicional – isto é, da ciência normal positivista.

As críticas externas ao realismo, isto é, vinda de outras posições filosóficas, estão em grande medida associadas ao construcionismo social visto que esta tem sido a posição não ortodoxa (i.e. não positivista) hegemônica no cenário atual. A principal crítica desta corrente ao realismo é a de que ele seria apenas mais um relato da realidade, um jogo de linguagem ou discurso especializado baseado em uma ontologia fundamentacionista (Gergen *apud* REED, 2005). Porém, em ambos os casos tem-se um argumento essencialmente filosófico porque ele visa mostrar a plausibilidade e superioridade de uma dada filosofia sobre outra.

Internamente ao RC também se têm várias críticas, realizadas por diferentes seguidores, mas que ao invés de tentar desconstruir o movimento, visam estender determinadas reflexões, fazer pontes com outras teorias ou rever e situar em novas bases determinadas posições e argumentos intermediários, mas não suas premissas fundacionais.

Dentre tais críticas, Corrales (2004) sintetiza bem alguns pontos que ainda carecem de desenvolvimento e melhor fundamentação – apesar de reconhecer que este processo encontra-se em curso e que várias lacunas têm sido preenchidas pelos desdobramentos dos seguidores a partir das proposições iniciais de Bhaskar – em três pontos.

O primeiro deles, segundo Corrales (2004), refere-se ao fato de que quando Bhaskar discute o problema do conhecimento (ou como podemos conhecer a) a sociedade, ele não faz uma distinção clara entre a ontologia filosófica, a ontologia social e a epistemologia social que esta implica. Para Corrales (2004), para se entender a realidade, é necessário categorias, uma produção mental de conhecimento que nos permita gerar as condições da inteligibilidade do conhecimento, o que ocorreria, segundo este autor, de maneira confusa na obra de Bhaskar, ao combinar a ontologia filosófica com ontologia social.

Outra questão diz respeito a necessária, porém não suficiente, diferenciação entre o RC o marxismo. Ao assumir uma posição claramente socialista Bhaskar está comprometido com a construção de um projeto intelectual de hegemonia socialista, voltada para a transformação social e emancipação (BHASKAR, 1989), porém, se aceitarmos o relativismo epistêmico tal como proposto pelo RC, e a possibilidade de falibilidade de qualquer teoria, é necessário ver claramente uma leitura crítica de Marx e de suas contribuições para o próprio RC, abrindo a possibilidade para que o realismo possa ser fundamentado ou pensado em outras bases (CORRALES, 2004).

Um terceiro aspecto, de certo modo, uma extensão do argumento anterior, refere-se a certas noções como a primazia da ontologia de algumas estruturas da sociedade sobre outras,

que necessita ser desenvolvida para iluminar as ‘velhas’ discussões marxistas sobre o predomínio da base econômica na superestrutura.

Por fim, como aponta Corrales (2004) outro problema do RC é que ele não desenvolveu completamente novas metodologias e técnicas de investigação em ciências sociais. Tal ‘esterelidade’ tem deixado o realismo a mercê de ressignificações de metodologias tanto positivistas quanto não positivistas, o que pode trazer o risco iminente de que esses antigos movimentos outrora hegemônicos busquem, dentro do realismo, recuperar seu espaço perdido travestindo-se das premissas realistas, mas mantendo-se, na prática, comprometidos com os modos positivista e anti-realista de produção do conhecimento.

Visando responder e avançar nestes e em outras questões, vários estudos foram e têm sido feitos para avançar na perspectiva do realismo, desde a clássica questão entre estrutura e agência – que concentra a maior parte dos debates – como vistos em Archer (2007), Jessop (2005); passando pela questão dos elementos condicionantes (restritivos e habilitadores) espaço-temporais, tal como em Jessop (2005); pela questão metodológica (SAYER, 2001); até chegar nas verificações realistas com suas explicações transfactuais dos fenômenos, entre outros desdobramentos.

6. Considerações Finais

Este ensaio teve a finalidade de introduzir o debate sobre RC na comunidade acadêmica brasileira de ensino e pesquisa em administração, além de lançar questões sobre sua potencial explicativo para os estudos organizacionais. Acredita-se que tal objetivo tenha sido alcançado, na medida em que, podemos de algum modo fornecer um panorama – ainda que introdutório e, evidentemente, não exaustivo – do assunto. Mas, que por si já representa um avanço, no sentido de tentar inovar e trazer à tona uma discussão (não tão nova, mas) ainda despercebida no cenário brasileiro, apesar de suas importantes contribuições e desdobramentos no cenário internacional.

O relato realista, seja na sua forma mais ampla – a do realismo transcendental – aplicada as ciências, seja na sua forma específica – do naturalismo crítico – aplicado às ciências humanas, é antes de tudo uma proposta de convergência, por meio das sínteses de elementos centrais das tradições dos relatos positivista/empirista e hermenutica/idealista das ciências, e ampliação de uma filosofia *para* a ciência, que propõe uma comensurabilidade ontológica enquanto reconhece as especificidades epistemológicas e metodológicas requeridas por cada objeto do conhecimento.

Essa tentativa de construção de um meta-relato filosófico *para* as ciências por si só já representa um esforço e uma contribuição – ainda que passível de uma explicação reductivamente mais plausível e concorrentemente mais poderosa por parte de outro projeto filosófico – para as ciências no sentido de que arrojadamente fornece o estímulo necessário para a superação de tradicionais dicotomias e limites paradigmáticos estabelecidos pelos cânones das antigas tradições. Assim, como pontua Corrales (2004; 2007), ao relembrar Kuhn, somente a emergência de um novo paradigma consegue explorar e resolver os problemas de fronteira do conhecimento que as teorias consagradas de um campo paradigmático não conseguem resolver. Quando este novo paradigma emerge, inexoravelmente promove consigo o avanço do conhecimento científico a um novo patamar.

O RC não é uma proposta acima de qualquer crítica, como foi apontado acima, pelo contrário ainda há muitas lacunas – como em qualquer paradigma emergente – que precisam ser preenchidas pelo trabalho de vários estudiosos que se dediquem a resolução de problemas neste campo. No campo organizacional, apesar de vários trabalhos endereçados a questão terem sido desenvolvidos no âmbito internacional, Vandenberghe (2007) aponta uma ontologia dos coletivos que poderia ser objeto de investigação e lançar luzes sobre a verificação e explicação realista da ciência, como será feito pelos autores em futuros estudos.

Referências Bibliográficas

- ARCHER, M. S. The Trajectory of the Morphogenetic Approach: an account in the first-person. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 54, pp.35-47, 2007.
- BHASKAR, R. **Critical Realism, Social Relations and Arguing for Socialism**. Paper presented at *Interlink 7*, July, 1988a.
- BHASKAR, R. Entrevista de Roy Bhaskar concedida a Christopher Norris. **The Philosophers' Magazine (TPM) / The Web Site for Critical Realism (WSCR) Archive**. Disponível em: <http://www.philosophers.co.uk/current/bhaskar.htm>. Acesso: 10 dez. 2010.
- BHASKAR, R. On the Possibility of Social Scientific Knowledge and the Limits of Naturalism. **Journal for the Theory of Social Behavior**, vol. 8, nº1, 1978.
- BHASKAR, R. **Reclaiming Reality: a critical introduction to contemporary philosophy**. Verso: London/New York, 1989.
- BHASKAR, R. **The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences**. 3rd Edition. Routledge: London/New York, 1998 [1978].
- BHASKAR, R. **What is Critical Realism Realism?** Talk presented at 4th Conference of the Standing Conference on Realism and Human Sciences in Bristol, September, 1988b.
- CLARCK, P.; BLUNDEL, R. Penrose, Critical Realism and the Evolution of Business Knowledge: e methodological reappraisal. **Management & Organizational History**, vol. 2, nº 1, pp.45-62, 2007.
- CORRALES, J. P. Realismo crítico en investigación en ciencias sociales: una introducción. **Investigación y Desarrollo**, vol.12, nº 2. 2004.
- CORRALES, J. P. Sociedad y evaluación de programas sociales en el realismo crítico: una revisión crítica. **Investigación y Desarrollo**, vol. 15, nº 1, 2007.
- CORSON, D. Critical Realism: an emancipatory philosophy for applied linguistics? **Applied Linguistics**, vol. 18, nº 2, pp.166-118, 1997.
- DANERMARK, B. **Interdisciplinary Research and Critical Realism: the example of disability research**. Working paper, June, pp.1-20, 2001. (Örebro University. Swedish Institute for Disability Research. SE-701-82.Örebro. Sweden).
- DOBSON, P. J. Critical realism and information systems research: why bother with philosophy? **Information Research**, vol. 7, nº 2, 2002.
- DOWNWARD, P.; FINCH, J.; RAMSAY, J.. Critical Realism, Empirical Methods and Inference: a critical discussion. **Cambridge Journal of Economics**, vol.26, pp.481-500, 2002.
- HAMLIM, C. L. Realismo Crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais. **Revista Dados**, vol. 43, nº 2, 2000.
- JESSOP, B. Critical Realism and the Strategic-Relational Approach. **New Formations**, vol.56, s/n, pp.40-53, 2005.
- LACLAU, E.; BHASKAR, R. 'Discourse Theory vs. Critical Realism'. **Alethia**, vol.1, nº2, (September), pp. 9-14, 1998.
- LECA, B.; NACCACHE, P. A Critical realist Approach to Institutional Entrepreneurship. **Organization**, vol. 13, nº 5, pp.627-651, 2006.
- McEVOY, P.; RICHARDS, D. A Critical Realist Rationale for Using a Combination of Quantitative and Qualitative Methods. **Journal of Research in Nursing**. Vol.11, nº 1, pp.66-78, 2006.
- REED, M. Reflections on the 'Realist Turn' in Organization and Management Studies. **Journal of Management Studies**, vol. 42, nº 8, december, 2005.
- SAYED, J.; MINGERS, J.; MURRAY, P. A. beyond Rigor and Relevance: a critical realist approach to business education. **Management Learning**, vol. 41, nº 1, pp.71-85, 2009.
- WIKIPEDIA (Enciclopédia Livre). Roy Bhaskar (Biografia). Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Roy_Bhaskar . Acesso: 10 dez. 2010.